

ORGANIZADORES

Hebe Maria Mattos de Castro

Eduardo Schnoor



RESGATE
UMA JANELA PARA O OITOCENTOS
ENSaios

Hebe Maria Mattos de Castro

Eduardo Schnoor, Sheila de Castro Faria

Ana Maria Mauad Essus, Martha Abreu

Manolo Florentino e José Roberto Góes

João Luis Fragoso e

Ana Maria Lugão Rios



**UM EMPRESÁRIO BRASILEIRO
NOS OITOCENTOS**

João Luís Ribeiro Fragoso
Ana Maria Lugão Rios

Em 3 de fevereiro de 1878, morre, aos setenta e dois anos de idade, na fazenda Resgate, o Comendador Manuel de Aguiar Vallim. Teve este homem uma atribulada trajetória pela vida, da qual podemos acompanhar alguns momentos marcantes. De sua saída, aos dezessete anos, da casa paterna aos eventos de 1853, deixou-nos o Comendador a impressão de ter sido um empresário ousado, sempre afinado com as oportunidades oferecidas, chegando mesmo a testar os limites legais impostos pelo Estado, na sua época. O inventário dos bens por ele deixados é a prova de seu inegável talento no mundo dos negócios. Ao morrer, havia multiplicado por dez a fortuna que recebera. O montante dos bens destinados aos seus herdeiros somava a impressionante quantia de 2:847:169\$362 o que se poderia trocar, ao câmbio do período, por 271.667 libras esterlinas. O Comendador foi, sem sombra de dúvidas, um dos homens mais ricos do país na última década do Império. Para tanto, basta lembrar que, no ano de sua morte, apenas em apólices da dívida pública, possuía o correspondente a quase 1,0 % de todo o papel-moeda emitido pelo Brasil no primeiro trimestre de 1878 ou, ainda, a 28,0 % da caixa (moeda manual) dos Bancos comerciais brasileiros, na mesma época.

Ainda que talentoso como empresário, Vallim não era exceção. Sua trajetória foi, pelo contrário, bastante semelhante à de seus pares, até, pelo menos, meados da década de 1860. Bom filho da elite agrária, foi principalmente através da herança de seus pais e de seu sogro, montando, ao todo, em 85 escravos e 24.330 libras, que o Comendador se inseriu nos quadros desta mesma elite. Em 1878, seus escravos já são 650, espalhados pelas 4 fazendas que então possuía. O perfil de suas aplicações, até meados dos anos 1860, colocava-o entre o tipo de empresário que chamaremos de fazendeiro-capitalista, ou seja, um empresário que não vivia exclusivamente de sua produção agrícola.

No detalhamento das dívidas ativas que constam do inventário de Vallim, encontramos letras, "créditos anotados em livro de

contas”, hipotecas, participação no débito de uma firma falida e um processo judicial para cobrança de empréstimos. Nisto o Comendador repete o perfil de investimento de outros empresários rurais da época, como, por exemplo, seu próprio sogro que, ao morrer em 1854, deixou dez por cento do valor de seus bens em letras, hipotecas e crédito sobre vinte e duas pessoas. Foi principalmente através destes mecanismos, empréstimos a juros altos e a falência alheia, que os fazendeiros-capitalistas conseguiram ampliar seus bens em terras e escravos.

Com mais ou menos sucesso do que Vallim, a direção dos investimentos das fortunas deste tipo de fazendeiro, obtidas nestas atividades não agrícolas, era canalizada para a aquisição de mais terras e mais escravos, num ciclo que se iniciava com os lucros gerados no café, investidos em empréstimos, que retornavam sob a forma de mais escravos e terras, ou seja, mais café. Tanto é assim que os inventários característicos deste tipo de fazendeiro apresentavam invariavelmente cerca de oitenta por cento do valor total da riqueza deixada em escravos e terras.

Tal era o perfil da riqueza de nosso Comendador, em meados da década de 1860. No entanto, em 1878, estava bastante diferente. Da impressionante quantia de 650 escravos, 710 alqueires de terras e 1.213.700 pés de café, por ele deixados, o Comendador retirava o grosso (60%) de seu rendimento anual. Entretanto, tudo isto somado chegava a contribuir com apenas trinta por cento do valor dos bens inventariados. Isto porque, a partir daquela primeira data, Vallim deixava de investir o lucro de seus cafezais e empréstimos em mais escravos e terras. O Comendador deliberadamente romperá o ciclo de investimentos típicos do fazendeiro-capitalista, e passará a colocar o lucro obtido na agricultura e em empréstimos em aplicações bem menos vantajosas, fundamentalmente apólices da dívida pública. Ao que parece, este empresário tão talentoso optava deliberadamente por perder dinheiro, e persistiu nesta opção por pelo menos catorze anos, período em que os preços do café se mantêm estáveis ou em alta. Por quê?

Não, não se tratava de loucura. Se fosse o caso, no entanto, nosso Comendador estaria em ilustre companhia. Quando de seu falecimento, em 1872, o Barão de Nova Friburgo, como demons-



Anúncio de casa comissária de café no Jornal "Comércio de Bananal", 1877.
Coleção Particular: Família Almeida Vallim

tra o perfil de aplicações de seu inventário, começara a ter a mesma bizarra atitude de seu colega, e também à mesma época. Além da estranha opção de investimento, outros traços unem estes empresários. Foram ambos, até meados de 1860, convictos fazendeiros. Ambos estavam entre os homens mais ricos do país, a nata da elite agrária, principalmente o Barão, que, ao morrer, deixa, em valor dos bens inventariados, a espantosa quantia de 774.425 libras. Portanto, não pode ser tomado como coincidência o fato de que, a partir da mesma época, ambos rompessem com a estratégia de investimentos que eles mesmos, e os demais fazendeiros-capitalistas deste tempo, utilizavam. Ambos pararam de adquirir escravos e terras e de investir em suas fazendas e passaram a investir em opções não agrícolas, algumas de caráter rentista e, inclusive, com uma lucratividade menor. No caso do Barão de Nova Friburgo, ao lado das apólices, apareciam as aplicações em imóveis urbanos e, principalmente, no comércio.

Por seu turno, a estes exemplos podemos agregar o do Barão de Itapetininga, que, ao falecer, em 1877, possuía uma fortuna de 715.780 libras esterlinas. Apesar de possuir, em São Paulo, três fazendas de café, com cerca de 2.000 alqueires de terras, os escravos correspondiam a apenas 4,7% do valor de seus bens. Isto é, por esta época, a sua riqueza também não se apoiava, diretamente, no trabalho cativo. Entre os seus investimentos, temos ações de

ferrovias e apólices da dívida pública, mas, especialmente, aplicações em imóveis urbanos e na atividade usurária. Por conseguinte, em que pesem as diferenças entre estes três gentis-homens — ênfase maior em apólices, ou em imóveis urbanos ou na usura — uma atitude os aproxima: os três estão abandonando a escravidão. E isto adquire algum significado, quando lembramos que estamos diante de empresários que, pelo valor dos seus investimentos, chegam a deter boa parte da liquidez do sistema. Considerando apenas a soma dos seus ativos financeiros — títulos da dívida pública, depósitos em dinheiro e créditos em empréstimos privados — temos uma quantia equivalente a 1.5 % dos meios de pagamento existentes no país, no primeiro trimestre de 1878, isto é, leia-se: de todo o papel-moeda em poder do público, mais os depósitos à vista e a prazo, presentes no sistema bancário nacional.

Suas atitudes neste momento, ao se afastarem das de seus pares, mostram diferenças importantes de estratégias no interior da elite empresarial da época, frente a uma mesma conjuntura. Fundamentalmente, tais estratégias se dividem quanto à questão da mão-de-obra e podem ser resumidas em, principalmente, duas: a dos que, como Vallim, deixam de investir na reprodução deste sistema, ou seja, deixam de comprar escravos, e a daqueles que continuam a adquirir escravos e bens rurais.

Hoje, sabemos que a escravidão acabou dez anos após a morte de Vallim. No entanto, em fins da década de 1870, qualquer um se surpreenderia, se informado de tal fato. Pelo contrário, a escravidão conhecia um novo e crucial momento, em que o principal indicador das expectativas futuras do sistema, o mercado de braços negros, sustentava um preço em alta dos escravos. Como em um jogo, em que todos lidam com o mesmo conjunto de cartas, e vence aquele que tem, ao mesmo tempo, mais sorte e habilidade, diversos jogadores disputavam as cartas oferecidas pela sociedade do império que, sem saber, agonizava.

Para explicar o enigma deixado pelo inventário de Vallim, em 1878, temos que entender melhor as regras de tal jogo e os parceiros que se enfrentaram. Temos que perceber as bases em que se assentava a empresa escravista, suas condições de funcionamento em 1878 e o cenário empresarial em que os diversos personagens

se movimentaram. Temos ainda que compreender as táticas dos diversos jogadores, tanto os mais favorecidos, como Vallim e outros fazendeiros-capitalistas, como aqueles aos quais a sorte destinou as piores cartas: os escravos. Nesta partida, tanto o murmurinho das senzalas quanto o eco dos canhões em distantes batalhas foram importante na definição dos vitoriosos e dos perdedores.

A Empresa Escravista

Uma primeira questão deve ser esclarecida. Como é possível que, mesmo multiplicando o número de escravos e a quantidade de terras que recebeu de seus pais e sogro, estes itens, que em 1864 significavam o grosso da fortuna de Vallim, em 1878 representem apenas 30% desta? Uma face desta resposta é o já referido investimento em apólices, que aumentou a participação de bens não rurais na fortuna. A outra face, e a mais importante, é a própria desvalorização de seu patrimônio em terras e escravos.

A produção cafeeira montada no Vale do Paraíba caracterizava-se por um sistema de uso da terra no qual as matas e capoeirões substituíam a adubação do solo. Assim, a possibilidade, ao longo do tempo, de continuidade ou ampliação da produção existia em função direta da quantidade de solo virgem. O uso continuado criava, nas fazendas, três tipos de terreno, que tinham, por sua vez, diferente valor: as terras em pasto, resultado de antigos cafezais improdutivos e, portanto, menos valorizadas; os cafezais que, dependendo de sua idade, possuíam mais valor; e as matas, o tipo de terreno mais valorizado, pois definiam as possibilidades de futuro da produção. Pois bem, no inventário de Vallim, 22% das terras já apareciam como pasto, 45% eram cafezais e apenas 14% eram matas virgens. Para uma idéia da diferença de valor que isto implicava, as terras em pasto foram avaliadas em média a 50\$000 por alqueire, em cafezais, 63\$522 e as matas, por nada menos que 316\$562.

O conjunto de escravos possuídos por Vallim também se desvalorizou ao longo do tempo. É preciso considerar aqui o que se esperava da mão-de-obra naquele tempo para se ter melhor idéia do que significava esta depreciação. Na *plantation* cafeeira, os es-

cravos mais valorizados, em média, eram os homens, na faixa de idade considerada ótima, entre 14 e 40 anos. Antes de 14 e depois de 40, os escravos, pelas próprias condições de vida que enfrentavam, tinham sua capacidade de produção bastante restritas, significando a sua propriedade, por vezes, mais despesas na sua manutenção do que lucro por seu trabalho. A *plantation*, na sua montagem, apresentava, invariavelmente, escravos nesta faixa etária, e uma proporção maior de homens que de mulheres. Com o tempo, no entanto, velhos e crianças começam a ter um peso relativo cada vez maior, e os nascimentos indiscriminados de meninos e meninas diminuí proporcionalmente o peso dos homens. Já que a produtividade do trabalho escravo como um todo é função, principalmente, de o número de escravos produtivos ser maior que o de improdutivos (que devem ser sustentados pelos primeiros), os fazendeiros procuravam sempre, via compra, aumentar a proporção de escravos jovens e aptos.

Uma análise mais atenta da estrutura etária dos escravos possuídos pelo Comendador, no município de Bananal, em três diferentes momentos no tempo, pode mais facilmente ilustrar este processo. Para tanto, convidamos o leitor a observar as Figuras 1, 2 e 3 abaixo:

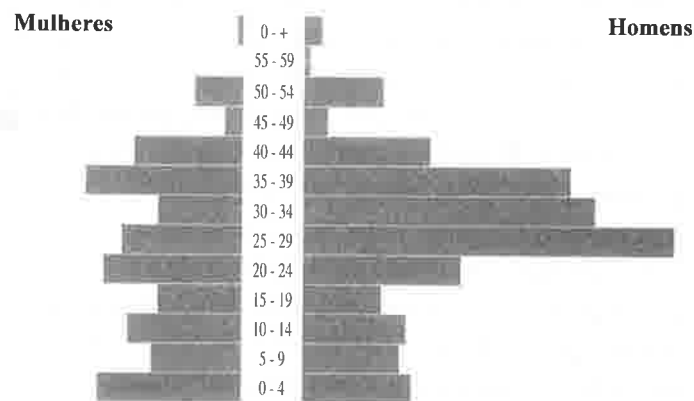


Figura 1: Distribuição etária dos escravos em 1864.

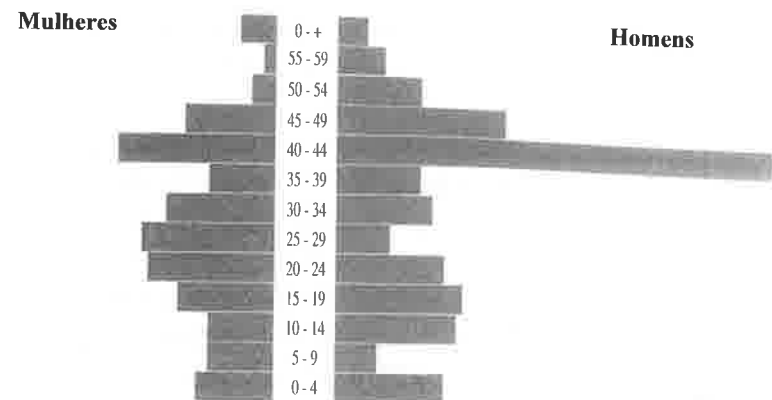


Figura 2: Distribuição etária dos escravos em 1872.

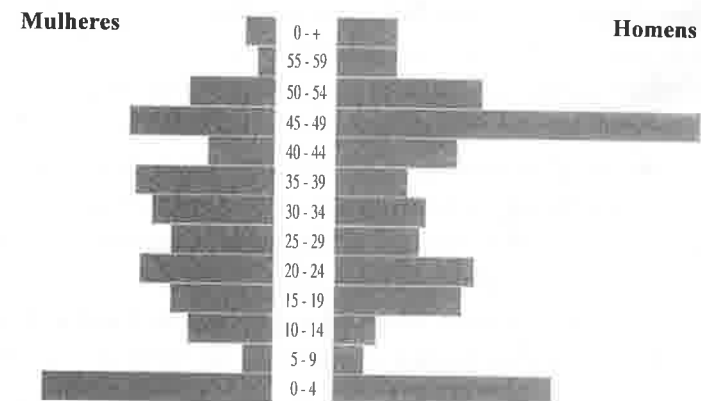


Figura 3: Distribuição etária dos escravos em 1878.

As figuras mostram, por um lado, o aumento da proporção de mulheres no plantel e, por outro, a agudez do seu processo de envelhecimento. Em 1864, havia 150 homens para cada 100 mulheres; em 1872, esta proporção já havia baixado para 140, chegando, em 1878, a 120 homens para cada 100 mulheres. Falaremos mais tarde das conseqüências internas do aumento da proporção de mulheres. Por ora, observemos mais de perto o comportamento das faixas etárias nas figuras.

As faixas mais numerosas vão subindo para as maiores idades. Os escravos, comprados em bloco, nas idades produtivas, não foram substituídos por outros nestas idades. O processo de substi-

tuição passa a ser feito, de maneira lenta e insuficiente, pelas gerações nascidas na fazenda, com conseqüências importantes para a capacidade produtiva do plantel como um conjunto. Em 1864, o número de escravos na faixa mais produtiva, os maiores de 14 e menores de 40 anos, somavam 292, o que representava 61.7% do plantel. Isto significava que, para cada escravo em idade produtiva, havia apenas 0.6 criança ou velho, menos produtivo ou completamente improdutivo. Em 1872, os escravos produtivos somavam apenas 34.9% de um total de 662 escravos em todas as fazendas do Comendador. Em 1878, seu inventário listava apenas 36% de escravos em idade produtiva, em um total de 655. Nesta época, cada escravo produtivo de Vallim devia sustentar, com seu trabalho, 1.7 velhos e crianças.

Vallim deixara de repor sua mão-de-obra produtiva e, com isso, a cada ano que passava, o conjunto de escravos que possuía se desvalorizava cada vez mais, já que o número de escravos que atingia a idade produtiva em nenhum momento poderia compensar as crianças que nasciam e os que se tornavam velhos demais para o trabalho. Não apenas os escravos se desvalorizavam, mas também a produção era cada vez mais comprometida. O perfil etário de seus escravos se assemelhava ao dos produtores de café em processo de falência. O Barão de São Roque e o Tenente Luiz Quirino da Rocha, por exemplo, ambos produtores no Vale do Paraíba, eram donos de escravos velhos. No caso do primeiro, apenas 37% de seus escravos tinham idades entre 14 e 40 anos em 1872 e, no caso do segundo, 45% tinham mais de 40 anos. A diferença é que nenhum dos dois podia comprar escravos. O Barão, porque metade de sua fortuna estava comprometida por dívidas, e o Tenente, porque todos os seus bens estavam hipotecados.

Ora, como sabemos, nosso Comendador não passava por nenhuma das dificuldades que atormentavam estes dois colegas, muito pelo contrário. Tinha capital, tanto para repor seu patrimônio em terras virgens, como para rejuvenescer a idade média de seus escravos — simplesmente escolheu não fazê-lo. Decisão que poderia ser considerada temerária por seu colega, também cafeicultor no Vale do Paraíba, o Barão do Rio do Ouro, que sustentava, via compra, em suas fazendas, uma proporção de 1,47 homens

para cada mulher e, dos seus 158 escravos, mais da metade tinha entre 14 e 40 anos. Isto recorrendo a um mercado de altos preços para os escravos.

As conseqüências da opção de Vallim, na vida de seus escravos e no funcionamento de sua fazenda, foram profundas e escaparam mesmo a seu controle, como veremos mais adiante. Por ora, já que o que procuramos entender é exatamente o porquê desta diferença de perspectivas, passemos à análise das condições do mercado de investimentos, em bens agrários e não agrários, em finais dos anos 1870.

Uma Permanência Anunciada

A proibição do tráfico internacional de escravos em 1850 e a lei do *Ventre Livre* de 1871 podem ser tomadas como indícios certos de que o mundo dividido entre senhores e escravos tinha data marcada para morrer. Afinal, no Vale do Paraíba, os escravos envelheciam e as terras se esgotavam. No entanto, nas duas décadas que precedem a abolição, as exportações de café mantinham-se em alta, assim como o preço dos escravos, na década de 1870. Os fazendeiros-capitalistas do Vale ainda possuíam mais de dois terços de suas fortunas aplicados em homens e terras. Funcionando com o mesmo sistema de produção utilizado pelos pais de Vallim, quatro décadas antes, quando os escravos eram mais acessíveis e as terras mais férteis, como se explica que os fazendeiros-capitalistas do Vale consigam sucesso em uma conjuntura de crise com o preço em alta do escravo?

É exatamente esta crise, aliada às características da produção escravista no Vale, que, paradoxalmente, sustenta a continuidade de um mundo marcado para morrer. Desde sua montagem, a produção escravista foi profundamente desigual, não apenas entre senhores e escravos, mas também entre senhores e senhores. Tal desigualdade esteve presente já no momento de introdução do café. Em Bananal, por exemplo, em 1829, metade dos senhores possuía menos de cinco escravos. No total, estes pequenos produtores, que significam 50% do total de senhores, eram donos de apenas 8.6% do total de escravos da região. Por outro lado, os maiores

proprietários, possuidores de mais de 40 cativos, eram apenas 7.7% do total de senhores, mas concentravam em suas mãos quase a metade dos escravos de Bananal.

Para prosperar, ou mesmo se manter na produção, como já vimos, os fazendeiros, grandes ou pequenos, deviam continuamente recorrer ao mercado para adquirir principalmente terras e escravos jovens. Pois bem, parte do financiamento a pequenos e médios lavradores provinha dos nossos fazendeiros-capitalistas, que exerciam, em momentos precisos, atividades comerciais e usurárias. Em 1869, o filho do Barão de Santa Justa, um dos muitos fazendeiros-capitalistas do Vale, recebia, como forma de pagamento dos empréstimos que lhe deviam, uma fazenda com 44 escravos, no valor de 5.373 libras. Um seu colega, o Barão de Entre Rios, recebeu, em 1883, também de um de seus devedores, uma fazenda com 32 cativos.

Tomando como exemplo o movimento global de escrituras de compra e venda, no município cafeeiro de Paraíba do Sul, entre 1830 e 1888, podemos melhor avaliar a extensão deste processo. Ali, os fazendeiros com mais de 10.000 libras de fortuna se apresentavam, no mercado local, invariavelmente como compradores e credores, investindo nestas atividades mais de 50% do valor de seus negócios. Já os fazendeiros com menos de 2.000 libras de fortuna se apresentam sempre vendendo e contraindo dívidas. Vendas e dívidas que chegavam a comprometer 80% de seu patrimônio. Se para os primeiros as transações se davam no sentido da acumulação, para o segundo estrato as perdas são evidentes.

Foi principalmente pelo mecanismo da usura, acionado especialmente em momentos de crises, que os nobres barões, acima mencionados, e nosso Comendador conseguiram multiplicar sua fortuna em escravos e terras, aprofundando a desigualdade entre os produtores e concentrando ainda mais os fatores de produção na agricultura. Este movimento de concentração permitiu que o sistema escravista desse provas de vitalidade e garantisse uma substancial acumulação, por parte dos fazendeiros-capitalistas, ainda e principalmente, em um momento de crise para muitos produtores, com o aumento do preço dos escravos nas décadas que se seguem ao fim do tráfico.

Mas por que a insistência em adquirir escravos, se havia sinais claros, apontando para o fim da escravidão? Por que, nesta conjuntura, os escravos ainda constituem, em média, 35% do valor das fortunas agrárias dos fazendeiros-capitalistas, que possuíam condições de direcionar seus investimentos de forma diferente? A resposta a esta pergunta possui três diferentes faces coligadas.

A primeira é que o café ainda garante, para aqueles poucos no topo da pirâmide dos produtores, a melhor opção de investimentos, das mais lucrativas, e um item que movimentava, na produção e comercialização, enormes quantias.

O mercado monetário e de capitais era ainda bastante precário, caracterizado por bruscas flutuações, inclusive crises financeiras, falta de liquidez e concentração de recursos principalmente em mãos dos grandes comerciantes, os maiores financiadores da lavoura.

Neste universo, os negócios referentes ao café, principalmente seu beneficiamento e comercialização, ocupavam a parte do leão. Para ter-se uma idéia de como funcionava a movimentação deste mercado, tomemos os principais contratos registrados no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro, nos anos de 1863 e 1864. De um total de 1.179 registros, envolvendo a movimentação de 7.599.506 libras, tomemos aqueles que significavam transações avultadas, de capital superior a 10.000 libras. Os registros destas transações, apesar de serem apenas 108 (9% do total), movimentavam 39% do capital (2.993.671 libras). Neste universo dos grandes negócios, a fatia apropriada por comissários e ensacadores de café foi de 47% (1.425.266 libras). Já a apropriada por importadores e exportadores foi de 12% (366.810 libras), detendo os registros, referentes a negócios em fábricas e oficinas, menos de 2% (47.058 libras). Ou seja, os maiores investidores no mercado definitivamente resistiam a aplicar em fábricas e o comércio, notadamente o de café, continuava sendo o principal item a atrair o dinheiro.

O mercado de ações no país era muito precário. Em 1867, o governo fez um levantamento do número de companhias, nacionais e estrangeiras, a colocarem ações no mercado, relacionando seu capital social, o número de ações e seu valor unitário. Consta-ram deste levantamento 69 empresas que reuniam um capital de 10

milhões de libras. Ora, apenas três grandes fortunas dos fazendeiros do Vale do Paraíba, as do Barão de Nova Friburgo, do Visconde da Paraíba e do Comendador João Correia Tavares, donos de 3.000 escravos, somavam mais de 10% (1.067.811 libras) de todo o capital investido em ações e empresas de todo o país. Treze das maiores fortunas de empresários cariocas, ligados ao abastecimento da Corte, inventariadas entre 1861 e 1875, possuíam, como principais investimentos, prédios e dívidas a receber, sendo a participação de ações inexpressiva.

A isto se acrescenta que, como parte da política anti-inflacionária, que passa a ser adotada a partir da crise 1857, houve uma restrição ainda maior do sistema bancário. Poderiam sobreviver apenas aquelas instituições que tivessem capacidade de conversão de suas atividades em ouro. Assim, além de limitar a liquidez e as possibilidades de crédito, promovendo a falência de diversas casas bancárias, o sistema bancário se polariza entre os bancos estrangeiros e o Banco do Brasil. Somando-se a isto, a lei dos “entraves”, de 1860 (que só seria suspensa em 1882), rezava que apenas as sociedades que tivessem condições de autofinanciamento teriam autorização para funcionar. Restringia-se, assim, a possibilidade de formação de companhias e de ampliação do mercado acionário.

Em segundo lugar, aliada à limitação das opções de investimentos, nossos fazendeiros-capitalistas não tinham muitos motivos de inquietação quanto ao destino imediato do seu capital aplicado em escravos. O principal eixo escravista do país, constituído por Minas, Rio e São Paulo, mostrava-se coeso na década de 1870, coesão que só começa a se romper na década de 1880. Até então, o encaminhamento da “questão servil” não havia tomado as tinturas radicais que as revoltas escravas em São Paulo e a radicalização do movimento abolicionista, mais tarde, lhe imprimiriam. Um processo lento e gradual, que poderia mesmo incluir a indenização das “perdas” dos senhores, aliada à segurança de contar por um bom tempo com o trabalho dos que, nascidos de ventre escravo desde 1871, eram tecnicamente livres, se constituíam em perspectivas carinhosamente acalentadas pelos senhores, e que auxiliavam a manutenção dos preços em alta dos escravos.

À falta de opções de investimento, tão lucrativas quanto o café, e à relativa tranquilidade quanto ao encaminhamento da questão servil nos idos de 1870, somava-se ainda um terceiro elemento a justificar a continuidade do investimento em escravos: a ausência de opções quanto à arregimentação de outro tipo de mão-de-obra. Foi apenas na década de 1880 que o colonato e a imigração subvencionada ganham peso na substituição da escravidão na que foi a área de ponta do café, naqueles anos: o oeste paulista. No Vale fluminense, a parceria toma forma apenas após a abolição. Numa equação perversa, na qual o investimento inicial na compra do escravo fazia com que o investidor buscasse maximizar os ganhos, para reobter o capital inicialmente empregado, somado à relativa tranquilidade na esfera política, com o encaminhamento da questão do trabalho, os fazendeiros não se mobilizaram para negociações com os trabalhadores fora da égide do estatuto jurídico da escravidão. Procuraram fazê-lo às vésperas da abolição, negociando contratos que implicavam a liberdade em troca de tempo de trabalho, ou, mesmo, jogando com alforrias em massa, na expectativa da “gratidão” dos escravos, mas aí já era muito tarde.

Assim, em finais de 1870, tudo conspirava para a manutenção da escravidão e fazia com que tal investimento fosse bastante procurado pelos principais empresários do meio rural. As falências dos que não podiam sustentar-se na crise tornava este um período privilegiado para a acumulação, por parte dos maiores empresários. O esgotamento das terras no Vale não parecia empecilho à empresa escravista. Outros “Vales” poderiam ser ainda montados na fronteira sempre em expansão, e efetivamente o foram. Na própria família de Vallim, seus irmãos, José de Aguiar Vallim e Antônio Henrique de Aguiar, mudaram-se, com seus escravos, nos idos de 1870, para Alegre, no Espírito Santo. Em busca de terras mais férteis e da renovação do velho ciclo escravista, outros abastados fazendeiros do Vale, nas décadas de 1870 e 1880, também se dirigiram para as novas regiões do oeste paulista e Espírito Santo. O café era um grande negócio e café significava escravos. Vallim parecia haver perdido o “faro” e, talvez, seus próprios irmãos especulassem sobre sua “caduquice”. No entanto, os sinais já estavam ali, e eram claros para quem quisesse ver.

O Pulo do Gato

Muitos empresários provavelmente leram, no *Jornal do Comércio* de 15 de dezembro de 1864, que, nos Estados Unidos, em função dos rumos da guerra civil, a “Escravidão [estava] abalada até os fundamentos”. No mesmo periódico, em 26 de junho de 1865, reproduzindo notícias vindas de Londres, podia-se ler que, com o fim da guerra e do cativeiro nos Estados Unidos “tinha principiado o fim da escravidão em todo mundo”. Portanto, para os que se deram ao trabalho de ir além do cabeçalho das manchetes, a mensagem era clara: a escravidão fora derrotada nos Estados Unidos e, para ser definitivamente enterrada, era uma questão de tempo, e não muito tempo. De fato, menos de dois anos depois, todo o sul daquele país começava a travar novo tipo de batalha, a de construção de novas relações de trabalho.

O fim traumático da escravidão nos Estados Unidos anunciava, de modo bastante claro, o fim desta instituição no continente. Em primeiro lugar, por ser a maior nação em número de escravos. A guerra civil libertara cerca de quatro milhões de cativos, ao passo que a segunda maior nação, o Brasil, abrigava, em 1872, 1.510.806 escravos. Em segundo lugar, significava a derrota do mais importante bastião da luta ideológica pela defesa da escravidão no cenário internacional. De fato, à aristocracia escravista do sul dos EUA não bastava aproveitar-se dos frutos do trabalho escravo. Ela sabia ser fundamental a defesa de seu modo de vida frente à opinião pública e ao empresariado internacional. Sistemáticamente, defendeu o trabalho escravo, apresentando uma visão idílica e harmoniosa da escravidão, do doce paternalismo que regia a relação senhor/escravo, chegando a comparar favoravelmente as condições de vida do escravo, sob a doçura de seu jugo, com a do operário inglês da revolução industrial e a crueldade impessoal a que estaria submetido.

Até que ponto esta aristocracia escravista realmente acreditava em seu próprio discurso é difícil precisar. No entanto, o pós-guerra deixa marcado, em cartas e relatos de antigos senhores sulistas, o sentimento de estranheza frente à nova conjuntura e de “traição”, por parte dos que supostamente lhes deveriam ser gra-

tos. De fato, ainda que por um breve momento de governo republicano, que garantiu condições relativamente favoráveis, para os escravos, de negociação de novas formas de trabalho, eles se mostraram habilidosos negociadores, com pautas específicas de reivindicações, da qual não constava a “gratidão”, esperada por seus antigos senhores — pelo contrário. Terra para plantar, formas de compensação pelo cativeiro, melhores salários e condições de trabalho, maior controle sobre o tempo e o ritmo de trabalho e formas de preservar sua vida familiar eram questões que animavam as discussões das reuniões de ex-escravos, para desespero dos antigos senhores.

Até que ponto os acontecimentos da guerra e do período de reconstrução nos Estados Unidos influenciaram a decisão de Vallim de, por conta própria, proceder à sua “transição” particular, não podemos precisar. Sabemos, porém, que ele acompanhava de perto os acontecimentos daquele país. O fato de que inicia sua estranha opção por títulos da dívida pública, no período em que a escravidão sofre seu mais duro golpe, após a proibição do tráfico internacional, dificilmente poderia ser tomado como coincidência, vindo de um homem que já sentira na pele, em 1853, o peso que as decisões do cenário político internacional exerciam na política brasileira. Mas a maior prova de que acompanhava de perto os acontecimentos naquele país é o fato de que inicia sua compra de títulos exatamente pelos da dívida do governo norte-americano; títulos estes lançados no ano de 1865, ou seja, quando os resultados da guerra civil já eram irreversíveis.

O Comendador não era um abolicionista. Pelo contrário, foi uma das veementes vozes que se levantaram contra a lei do ventre livre. No entanto, este paladino da escravidão já deixara, em 1871, de investir no sistema que ele mesmo defendia. Contraditório? De modo nenhum. O que Vallim, na verdade, descobriu, e guardou para si, foi uma forma de, no contexto da época, se garantir contra o que certamente viria, e viria em breve, só não se sabia ao certo quando e como: o fim da escravidão. Garantindo-se como produtor escravista, poderia auferir, até o fim, os lucros deste bom negócio, e não é demais lembrar que, ao morrer, os escravos ainda lhe proporcionassem 60% de todo seu rendimento. No entanto, ao

aplicar este capital não mais no ciclo do café, não mais em terras e escravos, ia paulatinamente diminuindo a proporção que estes fatores tinham em sua fortuna. Até o fim da vida, foi um ferrenho defensor daquilo que ainda lhe dava muito lucro, mas que tinha, para ele, cada vez menos importância. Em sua própria maneira de lidar com a “questão servil”, o Comendador parecia não acreditar no futuro do café sem escravos. A imagem que projetava de senhor de homens parecia indissociável da escravidão. Não se deixaria surpreender pelo novo e estranho ser em que seus escravos se tornariam com a liberdade. Ao contrário de muitos, não acreditava na ilusória “gratidão” dos seus cativos e, provavelmente, adivinhava um período de negociações em que teria de fazer concessões. Mas o que, exatamente, assustava Vallim? Por que temer, e temer a ponto de abandonar, ainda que aos poucos, um negócio tão lucrativo quanto o café? Por que supor que a perda certa em que se envolvia, ao não investir em escravos, compensaria, a longo prazo, uma perda hipotética em concessões para a manutenção de sua mão-de-obra?

O Murmurinho das Senzalas

A outra ponta da corda também se movimentava, e muito. Também na vida dos escravos, o final do tráfico atlântico precipitaria mudanças. Com o término da entrada constante de africanos, os códigos de pacificação e organização social, acionados pelo parentesco, se aprofundavam.

Os plantéis que envelheciam não o faziam apenas na idade dos escravos, mas também, e principalmente, na idade da comunidade que abrigavam. Envelhecer é fazer história, e os que juntos envelhecem fazem história em conjunto. Pouco a pouco o parentesco transformava bandos hostis em comunidades de pais, filhos, tios, primos, compadres. Mais longo o tempo de convivência, menor a interferência de novatos, mais parentes e mais fortes os laços. Mais coesos, portanto, os escravos e mais capazes de interferir nos próprios rumos de maneira organizada.

Dizer que este processo de formação das comunidades escravas no interior dos grandes plantéis foi harmônico e igualitário se-

ria falso. Tratamos de um ponto ainda pouco explorado pela historiografia, mas trabalhos recentes mostram que havia importantes divisões nas senzalas. O próprio acesso à família e, por conseguinte, à inclusão na rede de parentesco, em uma situação de excesso de homens, era motivo de tensões e divisão. No caso de Vallim, contudo, esta tensão era minimizada pela não entrada de novos escravos homens e pelo aumento do número de mulheres, notado nas gerações mais jovens. O aprofundamento das relações de parentesco e sua função pacificadora já foram enfatizados neste livro por Florentino e Goes. Com a extinção do tráfico, esta função se absolutizava. Já quase não existiam recém-chegados ou forasteiros. Na organização das atividades da fazenda, Vallim tinha, portanto, que lidar com uma comunidade, e não com um bando.

Mesmo aqueles fazendeiros que continuavam a investir na compra de escravos e, portanto, mantinham o fluxo de “estrangeiros” no plantel, não impediam de modo significativo este processo de absolutização da comunidade cativa após a extinção do tráfico atlântico. Afinal, cada vez mais o novato que chegava provinha de plantéis já estabelecidos por fazendeiros menos afortunados. Já tinham, estes novatos, vivenciado a transformação do “bando” em comunidade e, muito provavelmente, foram arrancados do convívio de suas próprias famílias. Encontravam, no novo local de cativo, aos quais chegavam individualmente ou em pequenos grupos, regras e relações de poder já estabelecidas. Sua aceitação no novo grupo, fundamental para sua própria sobrevivência, passava pela aceitação destas regras. Era de seu interesse a paz.

Se a comunidade e o parentesco escravo eram também o solo sobre o qual se cultivava a principal renda política dos senhores — sua ascendência moral sobre seus cativos — esta ascendência se construía sobre privilégios e concessões dados/conquistados por aquela comunidade. Sem a contínua chegada de novos cativos — forasteiros sem quaisquer prerrogativas, enquanto permanecessem solitários — as “concessões” senhoriais podiam transformar-se em direitos. Como seus colegas do Vale do Paraíba e, principalmente, os cafeicultores de São Paulo sentiriam na pele, a paciência dos escravos tinha limites que, muitas vezes, era perigoso atravessar. O uso do sempre onipresente chicote poderia ser bastante contra-

producente, se a vítima fosse, ao mesmo tempo, esposo, pai, irmão, tio e compadre de muitos outros. O parentesco fizera a paz entre os escravos. Não poderia agora promover a guerra?

É significativo o fato de Vallim, rompendo sua estratégia de não comprar escravos, adquirir doze cativos entre 1864 e 1878. Doze escravos eram uma quantia irrisória, nada, frente às suas necessidades, mas poderia justificar a quebra de sua resistência, se fossem escravos com funções específicas na produção de sua fazenda. Se se tratasse de escravos especializados em determinados trabalhos fundamentais, como carpinteiros, ferreiros, etc., dos quais necessitasse, mas não. Pelo menos sete dos doze escravos que comprou (não sabemos a profissão dos outros) eram domésticos. Difícil acreditar que entre seu mais de meio milhar de escravos não pudesse designar esta meia dúzia para funções domésticas e tivesse que buscá-los no mercado. Por que será que, para cozinhar sua comida, arrumar seu quarto e transitar por sua casa, Vallim estava, contra os seus princípios, buscando no mercado pessoas que não tivessem nenhuma relação com os habitantes já estabelecidos em suas senzalas?

O Comendador sempre precisou dos escravos, mas, desde o momento em que decidiu não mais comprá-los, passou a depender, ainda mais, deles. Não mais “dos escravos”, como um grupo abstrato, mas de seus escravos. Paradoxalmente, ao se livrar da escravidão, Vallim tem que depender, mais que nunca, de seus próprios cativos. Este grupo que deverá acompanhá-lo, como um todo indivisível, por cerca de catorze anos, e que, com seu trabalho, irá viabilizar as estratégias de investimento do Comendador, fornecendo-lhe o grosso de seu rendimento, também tinha vida própria. Ao não comprar mais escravos Vallim assiste, por um lado, à cristalização de uma dada hierarquia no interior das senzalas e, por outro, aos primeiros sinais do que teria que enfrentar, se presenciasse o fim da escravidão.

A Hierarquia do Trabalho e o Projeto Camponês

Ao observarmos o que ocorreu nas senzalas do Comendador, entre 1864 e 1878, algumas mudanças foram notáveis. A primeira

foi a maior oportunidade de acesso à família, por parte dos homens, reduzindo, assim, um possível foco de conflito entre os escravos. Se, em 1864, apenas 48% dos homens maiores de 20 anos eram casados, este percentual aumentou para 60% em 1878. Este aumento, decorrência direta da diminuição do desequilíbrio inicial entre os sexos, torna-se mais expressivo, se considerarmos que se deu de maneira “democrática”. Em 1864, os homens, maiores de 20 anos, com mais chances de serem casados, eram os que possuíam profissões mais especializadas, os que não eram classificados como escravos de “roça”, mas como feitores, ferreiros, funileiros, carpinteiros, tropeiros, serradores, etc. Estes, que chamaremos, de agora em diante, de “profissionais”, somavam 84, dos quais 70% eram casados. Já entre aqueles 134 homens, maiores de 20 anos, que trabalhavam na roça em 1864, apenas 35% eram casados. Pois muito bem, o aumento de 12% na proporção de homens casados nesta faixa etária se deu principalmente pelo maior acesso dos escravos de roça ao casamento. Em 1878, 60% deles eram casados, contra 67% dos profissionais. Se os profissionais ainda se mantêm com mais chances de acesso ao casamento, a profunda desigualdade observada em 1864 já não se repete, com a mesma intensidade, catorze anos depois.

O que acontece no grupo dos profissionais pode ser bastante revelador, se procuramos entender o que acontecia nas senzalas. Eles eram os escravos mais valiosos que o Comendador possuía. No inventário de 1878, os escravos profissionais valiam em média mais de 200\$000, em relação aos de roça, na mesma faixa etária. Se, para Vallim, eram os mais valiosos por seu preço e pela natureza das funções que ocupavam na produção, não sabemos ao certo que tipo de vantagens esta profissionalização poderia trazer para o escravo. Sabemos que existiam, pelo menos no mercado matrimonial, e supomos que algum motivo deveria existir para torná-los mais atrativos como maridos para as jovens escravas e suas famílias.

Podemos, porém, aventar algumas hipóteses, ligadas à capacidade de estes escravos aumentarem o pecúlio doméstico. No engenho colonial, sabemos que alguns grupos profissionais, que controlavam postos estratégicos na produção do açúcar, recebiam uma compensação em dinheiro, como garantia do trabalho bem

feito. Podemos supor que cargos de confiança, como os de feitor ou tropeiro, pudessem receber o mesmo estímulo. Por outro lado, serviços especializados, como os de marcenaria, carpintaria, sapataria etc. poderiam proporcionar maiores oportunidades de adquirir algum recurso extra trabalhando nos feriados, pela própria especialização no trabalho, do que os escravos de roça. Qualquer que fosse a vantagem que os maridos profissionais pudessem oferecer, o fato é que estes escravos se constituíram em uma espécie de “casta” no plantel, permanecendo em seus postos ao longo do tempo.

Em 1864, a média de idade do escravo profissional era de 24 anos, contra 29 do escravo de roça. Qualificar profissionalmente um escravo jovem faz sentido, se consideramos que o investimento em sua formação será aproveitado por mais tempo do que no caso de um escravo mais velho. No entanto, em 1878, assistimos ao contrário. O escravo especializado passa a ser, em média, quatro anos mais velho. O plantel como um todo, como já vimos, envelheceu, mas o envelhecimento nas profissões se deu de forma diferenciada. Em 1878, um escravo de roça tinha, em média, 37 anos e um profissional, 41. Isto ocorreu porque os profissionais envelheceram nos seus cargos. Dos escravos profissionais listados em 1878, 76% já apareciam nos mesmos cargos nas listagens anteriores. Dos 34% que não apareceram como profissionais, a maioria havia desaparecido do inventário, e podemos supor que morreram. Parece, então, que a substituição dos profissionais só se dava com sua morte e com escravos treinados no plantel, já que Vallim não comprava novos.

Assim, temos que o controle do saber na produção e do acesso a este mesmo saber, por catorze anos, pertenceu ao mesmo grupo de indivíduos. Para quebrar este monopólio, Vallim teria que comprar profissionais, o mais caro tipo de escravo, e, ao não fazê-lo, coloca-se em uma posição de certa forma mais frágil.

Uma outra importante mudança se operava ao longo do tempo, e esta foi uma pista importante para percebermos as concepções escravas sobre trabalho e papéis familiares, que se consubstanciavam após a abolição.

Em todos os três momentos analisados (1864, 1872 e 1878), a proporção de mulheres trabalhando na roça foi maior do que a

dos homens, mesmo porque era entre os escravos homens que se recrutava o maior número de profissionais. No entanto, nos três anos considerados, a proporção de meninas na faixa de 5 a 14 anos na roça cai, e cai muito. Se, em 1864, elas eram 22 das 31 meninas nesta faixa (71%), em 1872 eram apenas 45%. Em 1878, quando da morte do Comendador, apenas 40% das meninas apareciam como escravas de roça, descontando neste cálculo as nascidas após a lei do ventre livre.

O trabalho de mulheres e crianças foi um importante ponto de polêmica entre ex-senhores e libertos nas Américas. No sul dos Estados Unidos, no Caribe e também no Brasil, houve uma resistência muito forte, por parte dos escravos, contra o trabalho de mulheres e crianças nas equipes características das grandes lavouras. Esta questão é intrinsecamente relacionada com a possibilidade de maior autonomia sobre o ritmo de trabalho, controle sobre a produção e unidade da família. Garantir ao máximo que o trabalho de mulheres e crianças passasse à esfera doméstica, ou que pudesse ser realizado em conjunto, foi parte fundamental de um projeto camponês, aspiração de boa parte dos ex-escravos. A parceria, forma de trabalho que, freqüentemente, a contragosto dos senhores, se espalha nas Américas, após a escravidão, foi uma das formas de consecução de tal projeto.

A retirada progressiva das meninas do eito, no momento em que Vallim se tornava, cada vez mais, dependente daqueles escravos, pode muito bem ter representado o início da consecução deste projeto. Não é razoável pensar que tais meninas, que não estavam nem na roça e nem na casa grande, estivessem sem trabalhar. O mais provável seria que estivessem ocupadas na esfera doméstica. O certo, porém, é que a última geração de escravos de Vallim cresceu em meio a uma comunidade estável, possuía fortes vínculos familiares e foi embalada no sonho de um projeto camponês.

O Comendador Sorri

Após a morte de Vallim, sua viúva continua a estratégia iniciada de não investir em terras e escravos. A década de 1880 vai confirmar o acerto de tal atitude. Agindo como tutora de seus fi-



Fazendeiros concorrem pelo trabalho liberto. Capa da Revista Ilustrada, 1888. Arquivo IHGB

lhos, ela, ao recusar uma fazenda de café e seus escravos, que lhe fora oferecida em condições bastante vantajosas, escreve, em carta endereçada a seu agente, que “ninguém mais quer este tipo de negócio.” O ano era o de 1884, apenas seis após a morte de Vallim. Em pouco tempo, o império assiste ao crescimento e à radicalização do movimento abolicionista, às revoltas escravas, que crescem de violência em São Paulo, à perda da legitimidade emprestada à escravidão, com a polícia e o exército se recusando a perseguir fugitivos, ao judiciário sistematicamente dando ganho de causa às ações de liberdade, e ao rompimento da unanimidade dos senhores, com os fazendeiros paulistas se pronunciando a favor da abolição.

E, quando, finalmente, ela chega, dez anos após a morte do Comendador, deve ter representado muito pouco prejuízo ao patrimônio da família Vallim. Continuar ou não como produtores de café, nesta altura, já pouca diferença poderia fazer. O mesmo não foi verdade para os produtores que se mantiveram investindo



Trabalhadores livres na fazenda Resgate em 1903. Autor anônimo. Coleção Particular. Família Motinho.

em escravos e no café, como os irmãos do Comendador. Para eles, o sucesso como produtores e, mesmo, a garantia da colheita das safras, ainda nos cafezais, dependiam de sua habilidade em conseguirem reter seus ex-escravos ou atraírem outros trabalhadores. Ou seja, dependiam de sua disposição e de seus recursos para negociarem novas condições de trabalho. Alguns obtiveram sucesso. Outros, não. À família Vallim, isto pouco importava. Pôde navegar ao largo destas dificuldades. Vallim, de sua sepultura, sorria, tranqüilo.

A partir de 1864, o governo amplia sua dívida interna. Apenas entre 1864 e 1869, ela aumentaria em 300%, chegando a 234:312:000\$000, principalmente como decorrência das dívidas com a guerra do Paraguai. Neste período e na década seguinte, aumenta muito a procura por estes títulos que, embora a princípio menos lucrativos (6% ao ano), eram, nas condições do mercado financeiro, de longe os mais seguros. Vallim não esteve sozinho em sua opção.

O sentido marcadamente arcaico desta opção, contudo, não pode passar despercebido. Mais uma vez o capital era esterilizado de modo a reproduzir uma hierarquia excludente. E algo semelhante pode ser dito para a persistência de antigas práticas não capitalistas, como os investimentos em imóveis urbanos e na usura. Estas últimas, igualmente, implicavam um desvio de recursos da produção. O leitor poderia argumentar que estes empresários

não tinham, naquela conjuntura, outra opção. Mas não é bem assim que a história funciona. Existem sempre outras opções. Vallim, por exemplo, poderia ter investido, assim que pressentiu o que a longo prazo iria acontecer, em outro tipo de solução, com relação à questão da mão-de-obra, pois tinha recursos para tanto e, afinal de contas, o café oferecia lucros bem maiores que seus títulos. Ele, porém, preferiu não se colocar em uma posição em que tivesse que fazer concessões. Assim como ele, outros importantes empresários rurais, como o Barão de Nova Friburgo. Não ceder a seus escravos. Este parece ter sido o principal parâmetro a nortear suas opções de investimento. Em outras palavras, os capitais que poderiam financiar e modificar as condições técnicas e sociais da lavoura, ou mesmo investir em outras atividades produtivas, aguardavam com paciência cruel que “questões servil” se resolvesse. Na verdade, a lógica destes empresários de fins dos oitocentos foi a lógica, presente entre as elites deste os tempos da colônia, de que as mudanças “estruturais” devem de processar de maneira a reiterar a diferenciação excludente.

E, efetivamente, aqueles que continuaram investindo na escravidão foram obrigados a conceder e a negociar. A precipitação dos acontecimentos da década de 1880 forçou-os a isto, já que a maior parte do seu patrimônio estava em jogo. Por um breve momento, nas fazendas do Vale do Paraíba, esta situação permitiu o assentamento, como parceiros, de milhares de famílias libertas. Nos primeiros anos da liberdade, estas famílias puderam aproximar-se de seu projeto camponês.

Isto não implicou, entretanto, em um rompimento com a exclusão. Basta lembrar que, em princípios dos anos 90, os dez mais ricos controlavam cerca de metade da riqueza nacional, enquanto pelo menos 40% da população se encontrava abaixo da linha de pobreza. E, como cantam Gil e Caetano, “estes últimos são quase todos pretos ou tratados como pretos”.

FONTES

Inventário *post-mortem* de Manoel de Aguiar Vallim — 1878
Arquivo do Foro de Bananal

Inventário *post-mortem* de José de Aguiar Toledo — 1838
Arquivo do Foro de Bananal

Inventário *post-mortem* de Luciano José de Almeida — 1854
Arquivo do Foro de Bananal

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1986: Estatísticas Históricas do Brasil, Rio de Janeiro, IBGE.

CASTRO, Hebe M., 1993: *A Cor Inexistente. Os Significados da Liberdade no Século XIX*. Universidade Federal Fluminense, Tese de doutoramento, no prelo.

DEAN, Warren, 1977: *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GENOVESE, Eugene, 1988: *A Terra Prometida. O mundo que os Escravos criaram*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____, 1979: *O Mundo dos Senhores de Escravos. Dois ensaios de interpretação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FRAGINALS, Manuel M. et alii, 1985: *Between Slavery and Free Labor. The Spanish-speaking Caribbean in the Nineteenth Century*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.

FRAGOSO, João L. R., 1994: *Comerciantes, Fazendeiros e Formas de Acumulação em uma Economia Escravista-colonial, 1790-1888*, Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado. FRAGOSO, João L. R. e GARCIA, Manolo F., 1993: *O Arcaísmo como Projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 — c.1840*. Rio de Janeiro, Diadorim.

FONER, Eric, 1988: *Nada Além da Liberdade. A Emancipação e seu Legado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GRAÇA, Afonso A. Fo., 1991: *Os Convênios da Carestia: Crises, Organização do Comércio de Subsistência da Corte (1850-1880)*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado.

LEVY, Maria B., 1977: *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IBMEC.

LOBO, Eulália M., 1978: *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*, Rio de Janeiro, IBMEC.

MELLO, Pedro C., 1980: *A Economia da Escravidão nas Fazendas de Café: 1850 — 1888*, Rio de Janeiro, PNPE/IPEA.

MELLO, Zélia M. C., 1985: *Metamorfoses da Riqueza*, São Paulo, 1845-1895, São Paulo, HUCITEC, 1985.

MONTEIRO, Ana M. F. C., 1985: *Empreendedores e Investidores em Indústria Têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado.

MOTTA, José F., 1990: *Corpos Escravos, Vontades Livres*, São Paulo: Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado.

RIOS, Ana L., 1990: *Família e Transição. Famílias Negras em Paraíba do Sul, 1972 — 1920*. Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado.

SCHWARTZ, Stuart B., 1988: *Segredos Internos, Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*, São Paulo, Cia das Letras/CNPq.

TANNURI, Luís A., 1981: *O Encilhamento*, São Paulo: Hucitec/Unicamp.